

Plano define estratégia para Amazônia

58

Região deve ser transformada em fronteiras de "recursos" dentro do que prevê o novo Plano de Desenvolvimento elaborado pela Sudam

Sebastião Raposo
Especial para A CRÍTICA

As pressões conservacionistas nacionais e internacionais, aliadas ao reconhecimento do fracasso de projetos de ocupação territorial e integração nacional fizeram modificar a atitude do governo brasileiro em relação a Amazônia, que deixa de ser uma "região problemática", para transformar-se em fronteira de "recursos". Essa nova atitude está delineada no Programa do Desenvolvimento da Amazônia, coordenado pela Sudam e que deverá ser executado ao período de 1994 a 1997.

O PDA está sendo definido pelo Ministério da Integração Regional como "um guia para as ações dos agentes, instituições e órgãos de desenvolvimento regional, traduzindo um projeto de Amazônia desejável pelos brasileiros e amazônidas e viáveis nas condições históricas que vive, atualmente, o Brasil e a região". O objetivo principal é a reestruturação no modelo de desenvolvimento e a reversão da forma tradicional de ocupação e crescimento regional. O ecodesenvolvimento com alta tecnologia deve ser o instrumento para garantir a elevação da qualidade de vida da população.

Os estudos do Ministério da Integração Regional e da Sudam indicam que esse novo estilo de desenvolvimento deve assegurar a conservação e aproveitamento racional e auto-sustentado dos recursos naturais. Mas reconhecem que "é um processo de lenta e demorada maturação, que deve começar imediatamente, para que se assegure o redirecionamento do desenvolvimento da Amazônia".

Frederico Alberto de Andrade, superintendente da Sudam, observa que criar condições para conter a degradação ambiental e incorporar novas tecnologias ao processo produtivo, implementar projetos para a promoção de potencialidades regionais, desenvolver o transporte intermodal e o turismo e produzir energia alternativa, são as ações básicas básicas para a promoção do desenvolvimento regional, que deverão ser deflagradas a curto e médio prazos.

O PDA destaca o novo espaço ocupado pela Amazônia na organização da economia e da

sociedade brasileira. Assim, ao mesmo tempo em que o Programa redireciona a integração da região à economia nacional, define para a Amazônia um novo papel no projeto brasileiro. "É preciso promover uma distribuição interna mais equilibrada dos benefícios

progresso e contribuir, concomitantemente, para o desenvolvimento do Brasil".

Com essa perspectiva, o Plano de Desenvolvimento da Amazônia sintetiza o conjunto de ações que devem ser executadas na Amazônia Legal em parceria entre os Governos Federal, estaduais, iniciativa privada e instituições internacionais e envolve recursos estimados em US\$ 33 milhões.

Projetos estratégicos — Os projetos considerados estratégicos para o desenvolvimento da Amazônia, voltam-se fundamentalmente, para a criação das condições efetivas de reorientação da base produtiva da região e para a geração ou consolidação de vantagens competitivas regionais. Neste aspecto estão englobados as atividades de mineração, garimpo, agropecuária, agro-indústria, pesca, indústria madeireira, bioindústria e turismo ecológico.

A Sudam reconhece que a viabilização da reestruturação da base produtiva da Amazônia demanda suporte de infraestrutura e de tecnologia e deve ser induzida pela intervenção do setor público na regulação e controle do meio ambiente. Os projetos estratégicos do Plano de Desenvolvimento da Amazônia estão agrupados em quatro conjuntos de projetos, por afinidade.

Regulação ambiental — Os projetos voltados para a regulação do meio ambiente devem criar condições para conter e moderar, imediatamente, o processo de degradação dos recursos naturais da Amazônia, especialmente os recursos florestais e a biodiversidade. Dentro desse grupo destacaram-se o Zoneamento ecológico-econômico, que objetiva caracterizar os ecossistemas econômicos e delimitar as propriedades adequadas de aproveitamento dos recursos naturais em condições sustentáveis. Está sendo executado pelas Secretarias de Planejamento dos Estados.

Desenvolvimento científico e tecnológico — O PDA considera indispensável a elevação da capital científica e tecnológica das instituições de pesquisa da região e o fortalecimento da pesquisa. Nesse processo são apontadas como fundamentais a reestruturação e dinamização do Centro de Tecnologia da Madeira, a formação da Rede de Bancos de Germoplasmas da Amazônia, Projetos de Integração de Centros de Pesquisas nas áreas de florestal-madeireiro, Bio-agro-indústria, pesca, minero-metalúrgica e saúde. Essa rede deverá ser complementada por Projetos Integrados de Núcleos de Difusão de Pesquisas Científicas.

Energia e transporte — Incorporando os conceitos de potencialidade e economicidade, o Plano de Desenvolvimento da Amazônia inclui entre seus projetos estratégicos do transporte fluvial, rodoviário e ferroviário, compondo um sistema articulado, onde devem estar presentes e implementação da hidrovia Araguaia-Tocantins, intermodal, com os outros meios de transporte.

A recuperação, modernização e ampliação dos portos fluviais de Manaus, Itacoatiara, Porto Velho, Santarém e Belém são apontadas como medidas possíveis de agilizar o fluxo comercial e reduzir os custos do transporte na região, reforçando a integração econômica das sub-regiões.

O PDA considera também como projetos estratégicos a recuperação da BR-139 — Manaus/Porto Velho, conclusão e pavimentação da BR-364 — Rio Branco/Assis Brasil e Inhaperi, em território peruano, e BR-317 entre Rio Branco e Brasília. O funcionamento normal da Ferrovia Norte Sul é destacada como de grande importância estratégica para o desenvolvimento econômico e a integração territorial para o desenvolvimento econômico e comercial da Amazônia.

A ampliação da oferta de energia na Amazônia deve articular diferentes fontes alternativas, adequadas às características e necessidades regionais, para atender a demanda em expansão, principalmente nas áreas de fronteira econômica. Dessa forma, o Plano de Desenvolvimento da Amazônia aponta como prioridade a interligação do sistema de energia hidrelétrica com o sistema independente de usinas termoeletricas.

Com essa expectativa está prevista a ampliação da capacidade geradora de Tucuruí, que poderá exportar excedentes de energia elétrica para outras regiões. A conclusão das obras de implementação das hidrelétricas do Samuel (RO), Manso (MT) e Cachoeira Porteira (PA), são apontadas como medidas prioritárias no sentido de equacionar o estrangulamento na oferta de energia elétrica na fronteira econômica de Rondônia, Mato Grosso e Pará.

A construção de pequenas termoeletricas isoladas em pontos estratégicos da região e a utilização da energia alternativa de biomassa são outras providências que devem ser tomadas a curto prazo para resolver o problema de falta de energia elétrica para sustentar o potencial de crescimento econômico.

Setores produtivos — Estudos anteriores do Ministério da Integração Regional e da Sudam apontavam como prioridades para a região Amazônica a atividade comercial, através da implantação das Áreas de Livre Comércio de Macapá (AP), Sanrana (AP), Guajará-Mirim (RO), Tabatinga (AM), Paracaima (RR) e Bonfim (RR) e das Zonas de Processamento de Exportação de Araguaia (TO), São Luiz (MA), Barcarena (PA), Cárceres (MT), Itacoatiara (AM).

No Plano de Desenvolvimento da Amazônia para ser executado no período de 1994/1997, a prioridade é para o turismo ecológico, recuperação de áreas degradadas, Pólo Florestal-Madeireiro, Pólos Agro-Industriais.

A implantação do Plano de Desenvolvimento da Amazônia indica a necessidade de construir um Sistema Regional de Planejamento, constituída principalmente pelas Secretarias Estaduais de Planejamento. Esse sistema deve ser composto por um Conselho Deliberativo e um Conselho Técnico.

33

milhões de dólares é o valor do investimento necessário para deslanchar o desenvolvimento da região